

## A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

*Ana Vicente \**

Em Setembro de 1994, os governos de 182 países membros da ONU reuniram-se no Cairo para perspectivarem a população e o desenvolvimento num mundo em crescente interdependência e intercomunicação.

A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento inseriu-se num conjunto de grandes Conferências Mundiais, promovidas pela ONU, que se seguiram ao fim do sistema comunista e que têm como característica comum um olhar integrado sobre as questões que abordam. Foram essas Conferências: a Cimeira Mundial sobre a Criança (Nova Iorque 1990), a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro 1992), a Conferência Mundial sobre Nutrição (Roma 1992), a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (Viena 1993).

Tal como foi o caso em todas estas grandes Conferências, mas que já tinha sido prática na I Conferência Mundial sobre as Mulheres, reunida no México em 1975, a Conferência do Cairo foi acompanhada por um Fórum de Organizações não-governamentais. Aí houve ocasião para, de uma forma informal, muitos milhares de pessoas vindas de todo o mundo debaterem os seus anseios e os seus sonhos. De alguma forma esse fermento foi comunicado à Conferência Oficial e enriqueceu seus trabalhos.

Aliás, os adquiridos na Conferência do Cairo, foram por sua vez incorporados nos documentos aprovados nas duas grandes Conferências Mundiais que lhe sucederam. A saber, a Cimeira do Desenvolvimento Social (Copenhaga, Março de 1995)

---

\* Ex-Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

e a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres (Pequim, Setembro, 1995).

No final da Conferência do Cairo foi aprovado um Programa de Acção abrangendo 16 Capítulos. Vale a pena enunciar os títulos desses Capítulos, pois comunicam-nos muito acerca do conteúdo de um Programa que irá influenciar as políticas de muitos países e também as políticas das agências das Nações Unidas, tais como a Organização Mundial de Saúde, o Fundo das Nações Unidas para as Actividades da População, a UNICEF, a UNESCO e a Organização Internacional do Trabalho, assim como o Programa que a todos dá cobertura conhecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. E prevejo que essa influência vai perdurar pelo menos durante duas décadas. São eles: 1) Preâmbulo; 2) Princípios; 3) O interrelacionamento entre população, crescimento económico sustentado e desenvolvimento sustentável; 4) Igualdade de género, equidade e empoderamento das mulheres; 5) A família, os papéis, direitos, composição e estrutura; 6) Crescimento populacional e estrutura; 7) Direitos reprodutivos e saúde reprodutiva; 8) Saúde, mobilidade e mortalidade; 9) Distribuição da população, Urbanização e imigração interna; 10) Migração internacional; 11) População, desenvolvimento e educação; 12) Tecnologia, investigação e desenvolvimento; 13) Acção nacional; 14) Cooperação internacional; 15) Parceria com o sector não-governamental; 16) Seguimento da Conferência.

Vários países, sobretudo islâmicos, apresentaram reservas a alguns parágrafos do documento, nomeadamente aos conteúdos que mais directamente tinham a ver com os direitos das mulheres, com a sexualidade ou com a herança. Foi este o caso do Irão, Paquistão, Líbia, Iemen, Egipto, Indonésia, Argélia, Afeganistão, Síria, Koweit, Jordânia, Malásia e Emirados Árabes Unidos.

É claro que o Programa de Acção <sup>1</sup> é um texto demasiadamente longo e é por vezes repetitivo, mas constitui o resultado de difíceis consensos. Apesar de tudo é um texto que será muito inspirador para quem trabalha no serviço social, na educação e na saúde, quer seja no sector público ou no privado e ainda para as organizações não-governamentais.

A Conferência e os temas em debate tiveram uma imensa cobertura mediática que se iniciou muito antes de Setembro de 1994 e que se deve em parte às contro-

---

<sup>1</sup> Este Programa encontra-se à disposição dos leitores no Centro de Documentação da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres em Lisboa e no Porto.

vérsias e resistências em torno das temáticas em discussão, levantadas por correntes de opinião oriundas de meios islâmicos ou católicos ultraconservadoras. Como sempre e apesar do sensacionalismo ou da falta do rigor que também fazem parte, lamentavelmente dessas coberturas, essa atenção por parte dos meios de comunicação social foi largamente positiva porque ilustrou para a opinião pública a interrelação de muitas questões do quotidiano com que os indivíduos e as comunidades se debatem.

Um ano depois do Cairo, por ocasião da Conferência de Pequim, uma ONG Norte Americana, *Earth Summit Watch*, deu conta de um estudo que tinha sido realizado em 53 países que tinham estado presentes no Cairo, a fim de avaliar se as suas políticas e programas tinham sido de alguma forma marcadas pelos princípios incluídos no Programa de Acção. Concluiu-se que 46 desses 53 países tinham alterado as suas políticas

Portugal, como todos os outros países da ONU, foi convidado a apresentar um Relatório Nacional seguindo um guião pré-estabelecido, a fim de que o Secretariado da ONU pudesse fazer análises comparativas a nível mundial. Um grupo de trabalho coordenado pela Dr.<sup>a</sup> Maria José Carrilho, INE, integrando representantes de vários departamentos, incluindo a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (a qual foi representada pela Dr.<sup>a</sup> Dina Canço), preparou cuidadosamente esse Relatório.

Os trabalhos da Conferência propriamente ditos, foram coordenados, como é usual, pelo MNE. A delegação portuguesa, intersectorial na sua composição, era chefiada pelo então Secretário de Estado da Cooperação, Dr. Briozza e Gala.

Se em termos comparativos mundiais, Portugal tem evidentemente razões para estar satisfeito com os progressos realizados nos últimos 20 anos, há no entanto políticas nacionais que poderiam ser revistas à luz da reflexão saída do Cairo.

Penso que a análise do Programa, tendo em vista a elaboração de um conjunto de Recomendações à Administração Pública, às ONG e aos media nacionais seria um trabalho interessante a realizar por um grupo de alunos/as e professores/as do Instituto Superior de Serviço Social.

O governo português subscreveu sem reservas o Programa do Cairo, mas contudo não tomou até à data qualquer decisão relativamente à aplicação em Portugal desse Programa. Não foi constituído um grupo de trabalho ou de acompanhamento

e avaliação que teria que ser multidisciplinar e envolver também as ONG. Da minha leitura do Programa penso que as políticas nacionais nas seguintes áreas mereciam reflexão. Indicarei as palavras-chave incluídas nesse Programa retiradas de um documento preparado pelo Secretariado da Conferência: *Analytical tools for the study of the Draft Programme of Action of the International Conference on Population and Development: Comparison with the World Population Plan of Action and the Mexico City Recommendations and Index of key concepts*. São elas: saúde reprodutiva; estatuto das mulheres; adolescentes; SIDA; violência contra as mulheres e contra as crianças; aborto; envelhecimento: papel das ONG; análise de custos; cooperação com PALOPís e outros; sistema de avaliação da aplicação do Programa; recolha de dados; políticas de desenvolvimento; deficientes; ambiente; família; urbanismo; educação; informação; infertilidade; responsabilidade/estatuto/papel do homem; migrantes - imigrantes; pobreza; qualidade dos serviços; racismo; refugiados; educação sexual; doenças sexualmente transmissíveis; famílias monoparentais; segurança social; formação dos profissionais de saúde, do serviço social.

Um dos conceitos mais elaborados no Cairo foi a questão da saúde reprodutiva a qual foi definida no Parágrafo 7.2, como sendo um:

*“estado de pleno bem-estar físico, psíquico e social, e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade, em tudo o que diz respeito ao sistema reprodutivo bem como às suas funções e processos. Assim, a saúde reprodutiva implica que as pessoas possam ter uma vida sexual satisfatória e segura e que tenham a capacidade de se reproduzirem, bem como a liberdade de decidir se, quando e com que frequência o fazem. Esta última condição implica os direitos de homens e mulheres serem informados e terem acesso a métodos de planeamento familiar da sua escolha, que sejam seguros, eficazes, de custos suportáveis e aceitáveis, bem como a outros métodos, da sua escolha, de regulação da fertilidade que não sejam contrários à lei, e ainda o acesso a serviços de saúde adequados que permitam às mulheres terem uma gravidez e parto seguros, e ofereçam aos casais as melhores oportunidades de terem crianças saudáveis”.*

Quanto ao aborto, também motivo de muita controvérsia quantas vezes mal intencionada, o Programa de Acção no Ponto 7.24, diz explicitamente que:

*“Os governos devem dar passos adequados no sentido de ajudarem as mulheres a evitar a prática do aborto que em caso algum deve ser promovido enquanto método de planeamento familiar. Devam ainda prestar um tratamento humano e aconselhamento às mulheres que tenham recorrido ao aborto”.*

Um dos atentados mais graves aos direitos humanos das mulheres consiste na prática de mutilações genitais ainda largamente aplicada sobretudo em alguns países de África subsahariana, mas que é também muito corrente no Egipto. Até há pouco tempo e apesar do imenso sofrimento físico e psíquico que causavam, essas mutilações, eram questão tabu nunca referida em Conferências das Nações Unidas.

Esta prática chocante é condenada nomeadamente no Parágrafo 7.35, onde se aborda a violência contra as mulheres. O Parágrafo diz o seguinte:

*“A violência contra as mulheres, em particular a violência doméstica e a violação, subsistem de forma alargada e um número crescente de mulheres encontra-se em risco de contrair SIDA ou outras doenças sexualmente transmissíveis, em resultado de comportamentos sexuais de alto risco por parte dos seus companheiros. Em determinados países, práticas prejudiciais que visam controlar a sexualidade das mulheres têm conduzido a um enorme sofrimento. Entre elas encontra-se a prática da mutilação genital feminina, que constitui uma violação de direitos fundamentais e um risco para a saúde das mulheres com consequências para toda a vida.”*

Considero que as mais valias do Cairo foram reforçar a certeza que é preciso trabalhar de uma forma interdisciplinar ou até quem sabe, acabarmos de vez com esta “arrumação” artificial que são as disciplinas/áreas tais como: acção social; saúde; educação. O Cairo sublinhou ainda que é evidente: o trabalho nunca está feito — pois as pessoas, cada uma única e irrepetível, nascem e morrem passando por muitas fases da vida, requerendo distintos serviços, respostas ou desafios de acordo com essas fases.

Foi aprofundada a noção que são as pessoas que devem estar no centro das políticas de desenvolvimento - e que as pessoas não são uma identidade neutra ou abstracta, mas têm uma face feminina ou masculina que as marca e as identifica.

Ficou também a perspectiva que não só ao Estado cabe toda a responsabilidade de proporcionar os serviços que permitam às cidadãs ou cidadãos disfrutar dos seus direitos e responsabilidades reprodutivas. Poderão estudar-se, por exemplo, esquemas em que o Estado apoia as pessoas de menores recursos que se dirigem a um serviço privado.

A promoção do estatuto das mulheres (*empowerment*, palavra inglesa pletórica de significados dinâmicos — que a Academia das Ciências de Lisboa considera

poder ser traduzido pela palavra *empoderamento*), como condição básica do respeito pelos direitos humanos e respectivo exercício, constitui uma condição necessária e fundamental para que possa haver desenvolvimento. Foi esta a grande questão que esteve presente de forma transversal e integrada em todos os temas da Conferência. Os países-membros nos seus discursos oficiais em plenário repetiam, uns a seguir aos outros, que sem a promoção do estatuto das mulheres não podia haver desenvolvimento. Mesmo aqueles países com culturas dominantes que fazem excluir as mulheres da cidadania, sentiram-se compelidos a reconhecer que com a exclusão de metade da humanidade não era possível prosseguir objectivos de desenvolvimento. Assim, esta Conferência representa um passo muito importante no reconhecimento de que é necessário e urgente uma partilha do poder entre mulheres e homens na esfera pública e privada.

O Cairo também pôs em questão, embora não de forma explícita, o modelo económico vigente e as condições que apresenta face aos objectivos do Programa de Acção. Citarei o discurso pronunciado na Conferência pela Eng.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Pintasilgo, Presidente da Comissão Independente sobre a População e a Qualidade de Vida. Ela criticou esse modelo económico dominante da seguinte forma:

*“Enfatiza a produção; trata a exploração dos recursos naturais como se estes fossem uma forma de rendimento apoiado num fundo de investimento inesgotável, enquanto a metáfora apropriada será que estamos a gastar reservas de capital; não considera a degradação ambiental fazendo reflectir os seus custos nas estruturas de preços; e assume que maior consumo é equivalente a maior bem-estar. (...) O erro principal consiste na ideia de que o Produto Nacional Bruto é um indicador de bem-estar, enquanto é apenas a medida dos serviços e produtos (recomendados) acrescentaria eu, produzidos num país, e os bens materiais não significam automaticamente qualidade de vida.”*

Quando olhamos o número médio de crianças por mulher em Portugal, que ronda 1.4, podemos sugerir que um dos grandes problemas nacionais é a difícil conciliação da vida privada, pública e profissional das mulheres e dos homens e a persistente atribuição de uma sobrecarga de trabalho não-remunerado às mulheres. Podemos mesmo falar em termos de greve à maternidade e à paternidade, greve esta contudo realizada com muito sacrifício e com muito sofrimento, pois impede-nos de ter o número real de filhos que gostaríamos de ter. Greve com a qual não se vislumbra nenhuma preocupação política nem tão-pouco reflexão a nível sindical ou patronal.

Conforme escreveu a Prof.<sup>a</sup> Amélia Leitão na Revista Portuguesa de Saúde Pública (Vol. 12, n.º 4 — Out. Dez. de 1994):

*“De realçar ainda que em comparação com as anteriores, este Programa está muito mais orientado para as necessidades e problemas dos indivíduos e não das populações, estando subjacente a todo o documento que a chave para se conseguir os objectivos aprovados está no aumento da qualidade de vida de cada um e de todos.”*

É minha convicção que estas grandes Conferências e nomeadamente a do Cairo são de grande utilidade pois reforçam a vontade política, sublinham as contradições e as hipocrisias dos poderes políticos, dão mais força às organizações não-governamentais. Fazem avançar a reflexão, aprofundam novos conceitos, apontam para paradigmas distintos. Os seus efeitos não se fazem sentir nem a curto nem a médio prazo mas são etapas fundamentais na construção dos valores.